

المركز الإفريقي للتدريب
و البحث الإداري للإتماء

African Training and Research Centre in
Administration for
Development

Centro Africano de Formação e
Pesquisa Administrativa para o
Desenvolvimento

Centre Africain de Formation et de
Recherche Administratives pour le
Développement



Original: Inglês

**Quarto Fórum Anual sobre Reforma e
Modernização dos Serviços Públicos e Governação.
Tema: Reforço da Parceria entre os Sectores Público e Privado,
para Administração Publica e Governação Melhorada:
Enfoque sobre a Parceria Necessaria, para a melhoria dos Serviços
Publicos, com vista a acelerar o Desenvolvimento Economico e Social
em África.**

RESUMO

Tangier (Reino de Marrocos), 16–17 de Junho de 2008

Antecedentes e justificação

Os Serviços públicos, em particular a Função Pública, desempenham um papel preponderante na formulação e execução de políticas. A Função pública, está no centro do planeamento, execução, acompanhamento e avaliação da prestação de serviços público em qualquer governo. Assim, a prestação efectiva dos serviços publicos, é a chave, para o funcionamento de um Estado e da sua economia. Quando esta prestação é constrangidora, pode se tornar ineficaz, afectando desta forma a qualidade de vida das populações, o desenvolvimento da nação, e do tipo de governação que eles desfrutam. Aparentemente, os serviços publicos, não têm sido tão conducente, para o progresso economico, que abre a porta para a criação de grandes riquezas, bem como, para a melhoria das condições de vida.

Com poucas excepções, a gestão e a prestação dos serviços públicos, na maior parte dos países de África, são tidas como inactivas. Desde a independência em 1960 e 1970, alguns países pareceram ter tido uma visão promissora, para começar com o bom desempenho. Naquela altura, os serviços públicos eram de pequenas escalas, reconhecidas pelas administrações como indispensáveis, para o desenvolvimento nacional e dos funcionários da função pública que eram bem remunerados em relação ao sector privado embrionário, que era então apenas emergente.

No entanto, surge daí as exigências de desenvolvimento acelerado, que deu origem à expansão rápida dos serviços públicos, o que, em contra partida, começou a enfrentar desafios da capacidade de elaboração de políticas, para a prestação de serviços. A falta de capacidade para uma gama completa de elaboração de políticas públicas, fez com que, os profissionais do ramo, comessem logo a falar da qualidade dos serviços prestados, pelos serviços públicos em quase todas as áreas.

Hoje em dia, os serviços públicos em muitos países Africanos, são confrontados com vários desafios que constroem as suas capacidades de prestação. Eles incluem o factor dos recursos humanos, relacionados com a escassez da mão de obra necessária, em termos de número e de competências, bem como a falta de uma correcta maneira de ver as coisas, e as disposições socio-psicológico. Existe também o eterno problema da escassez de meios materiais, financeiros e logísticos, que são necessários para apoiar a prestação de serviço efectivo. Por outro lado, a erosão gradual da ética e a prestação de contas, tem continuado a atormentar o sector público, na prestação de serviços à população, de forma eficaz.

Dada a importância, do papel preponderante, dos serviços públicos, no desenvolvimento nacional, é urgente que olhemos para as abordagens já existentes, a fim de encontrar vias e meios, para melhorar a prestação de serviços em África, como requisito prévio, para acelerar o desenvolvimento economico e social. Uma das abordagens, consiste em fortalecer ou consolidar uma forte parceria dos sectores, público-privado. Isto irá criar uma co-operativa conjunta, para providenciar infra-estruturas, que encorajam o empresariado e a criação de negocios, ou serviços, para reforçar pericias de cada parceiro, que melhor satisfazer as necessidades públicas, através da distribuição adequada de recursos, riscos e recompensas.

Esta parceria, aborda o desafio específico de deter o fosso crescente, entre o desempenho necessario e o real. Mais além do que isto, é para realmente colmatar a lacuna, o mais rapido possível. Há necessidade de se trazer uma mudança no desempenho, para a obtenção de uma maior capacidade de gestão das políticas e dos recursos humanos. A Parceria pública-privada, providencia uma interação regular entre os serviços públicos e o sector privado; promovendo assim a descentralização, que possa trazer melhorias, as capacidades e condições para o desenvolvimento economico e social.

A determinação final da eficácia de qualquer governo, é a eficiência da sua prestação de serviços. Lutando para satisfazer as necessidades crescentes da sociedade. Os Estados, muitas vezes são incapazes de lidar com a tarefa em mão. Os Estados estão cada vez mais dispostos a considerar as modalidades de parceria, com as organizações da sociedade civil (OSC), das ONG's e do sector privado, para otimizar a prestação de serviços aos seus cidadãos.

Os governos Africanos, estão a tornar-se, cada vez mais conscientes da importância da parceria pública-privada (PPP), para o desenvolvimento. Alguns países Africanos, estabeleceram os mecanismos consultivos e plataformas de diálogo entre os sectores público e privado, e existe um nível elevado de reconhecimento, que não se pode conceber um programa sustentável para a redução da pobreza, sem a participação do sector privado.

Para além do reconhecimento acima citado, os Governos Africanos, têm reconhecido plenamente que, o "Sector privado, é o motor do crescimento económico", e destacou, que as instituições do sector privado, têm de ser mais fortes, no reforço das suas capacidades, com vista a desempenhar um papel de advocacia e tornar-se cada vez mais reconhecido, no processo da transformação económica.

Foram criados comités, conselhos e fóruns consultivos, para a promoção do Diálogo Público-Privado (PPD), em alguns países Africanos, a saber, Botsuana, Camarões, República Centro Africana, Chade, Etiópia, Gana, Mali, Ilhas Maurícias, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zimbabwe. O objectivo destes mecanismos consultivos, embora que, alguns diferem de país para país, é de criar uma relação favorável, de cooperação e parceria entre os governos e o sector, privado, fazendo com que os governos desempenhem um papel importantíssimo, para permitir colaborações. Isto é, criar condições favoráveis e mecanismos legislativos, para permitir o desenvolvimento de negócios. E uma das vias para a criação de condições propícias, é de providenciar prestação de serviço rápido .

Na organização deste Fórum, o CAFRAD, com o apoio dos Governos Africanos, tenciona contribuir, para o reforço de uma efectiva Parceria Pública-Privada (PPP), bem como, na consolidação do Diálogo Público-Privado (PPD) em África. Igualmente, a sua intenção é de juntar questões, desafios, idéias e conceitos, que possam ter impacto na dissertação sobre a PPP, no sentido de reforçar colaborações. O CAFRAD junta Parcerias Pública-Privada, para definir claramente as suas necessidades, no sentido de proporcionar um rendimento líquido, por intermedio da partilha de experiências e campanha de sensibilização, a importância da boa governação, o que é indispensável para garantir uma prestação de serviços efectivo.

Mantendo as questões de governação, no primeiro plano, da PPP e colocar o Cidadão em Frente e no Centro, para permitir os governos a concentrarem-se nas prioridades e necessidades, para melhor gerir os esforços de desenvolvimento. É igualmente importante, salientar que, no Fórum, também existem lições que podem ser aprendidas, a partir das experiências de uns e dos outros, e não apenas das histórias do sucesso individual, mas também as falhas, de modo a não repetir o passado.

Em conclusão, este Fórum de 2008, é dedicado à exploração da prestação efectiva de serviços em África, e na tentativa de garantir a boa governação, nos serviços, por intermedio da parceria pública-privada (PPP).

Objectivos do Fórum

O principal objectivo do Fórum, é de olhar para as abordagens existentes, por formas a encontrar vias e meios de reforçar ou de consolidar uma forte parceria pública-privada, para melhorar a prestação de serviços publicos e os sistemas de governação em África, mediante o envolvimento do sector privado e outros actores/intervenientes, no processo da prestação de serviços, para acelerar o desenvolvimento economico e social.

Os objectivos específicos são:

- Analisar as vias em que a parceria pública-privada, pode ter impacto positivo na prestação de serviços;
- Aprender das experiências passadas, o quê, e quanto foi feito, e quais as reformas exigidas, para promover a realização plena da PPP;
- Rever as questões de transparência, ética e prestação de contas, e seu impacto na prestação de serviços, para tornar os governos mais abertos, transparentes, responsáveis e dar resposta aos utilizadores dos seus serviços e dos cidadãos;
- Analisar de que forma é que, as insfras – estruturas sociais e de base, tais como: a educação, serviços de saúde, questões ambientais, estradas, transportes, habitação, energia e telecomunicação, etc. Podem ser melhoradas nesta, parceria;
- Analisar de que forma é que, se deve promover e garantir o uso das TIC, para melhor prestação de serviços;
- Elaborar uma agenda realista, para a parceria pública-privada (PPP), na implementação de medidas sobre o reforço de capacidades, sobretudo na função pública, para uma melhor prestação de serviços públicos;
- Explorar as vias e os meios, para elaborar, uma Carta de boas práticas, utilizando, a Parceria Pública-Privada (PPP), com o intuito de melhorar a prestação de serviços públicos, e promover uma governação eficiente e efectiva.

Temas do Fórum

Tema I: Parceria do Sector Público-Privado e Prestação de Serviços.

Uma componente chave, do Novo Sistema de Gestão Pública, emanados da mudança de paradigma, tem sido, agora a atenção dada aos clientes. A nova norma, tem o duplo objectivo de minimizar pistas de suborno e corrupção, enquanto potenciam-se os serviços destinatários, não só dos serviços disponíveis para eles, mas também, o mais importante é deixá-los conhecer a qualidade e o padrão de serviço esperado. Isso também promove a concorrência, entre os prestadores de serviços que melhorem a qualidade dos serviços prestados. Isso significa dizer que, os serviços podem ser prestados a custos mais baratos, no sector privado ou no sector público.

Os peritos ou seja facilitadores e os participantes, irão identificar as abordagens para melhorar a participação do sector privado, na prestação de serviços. Estas incluem o empreendimento conjunto, neste caso, as parcerias pública-privadas; as concessões aos sectores privados, na prestação de serviços sociais, actualmente dominado pelo sector público, tais como escolas, hospitais, serviço de abastecimento de água potável, telecomunicações, contractos de gestão, arrendamento do patrimonio do estado e comercialização.

Os participantes, devem igualmente esforçar-se para explorar, até a certo ponto, é que os movimentos têm de ser ultrapassados, quanto os constrangimentos da gestão de empresas públicas, tais como, a autonomia insuficiente e autoridade para os gestores, a nível da empresa, com relação; aos preços, aprovisionamento/compras, o desempenho do pessoal de gestão, e comercialização, bem como a indisposição do estado de criar proprietários, que podem proteger o capital investido, que tem sido bem sucedidos e o que mais pode ser feito.

Os participantes cingir-se-ão, sobre o papel das parcerias públicas-privadas, na prestação de serviços e na análise de casos concretos e nas melhores práticas.

Tema II: Desenvolvimento da Parceria Pública-Privada, para garantir a Prestação de Contas e Transparência.

A evidência mostra claramente que, a parceria entre os sectores público e privado, nos países Africanos, não são tão fortes como deveria ser. Incluem neste caso a prevalência da desconfiança e hostilidade para com o sector privado, instituições e mecanismos debeis, que não permitem uma parceria efectiva. E pelo facto do sector privado na maior parte dos países, ainda ser fraco e não ter a capacidade, experiência e competências analíticas, para se tornar um Parceiro do sector público efectivo.

Além disso, são necessárias mudanças nas atitudes e perspectivas dos empresários indígenas, para que possam começar a olhar mais além, dos seus interesses imediatos, o que é bom para a economia, como um todo. O desenvolvimento institucional e o reforço de capacidades no sector privado, também são indispensáveis, para reforçar a unidade entre os empresários e permitir a realização do trabalho analítico necessário, para se envolverem num diálogo significativo, com o sector público. Há necessidade de abrir uma parceria, transparente e responsável, com vista a alcançar sucessos.

Sob este tema, os peritos/facilitadores e participantes, irão debater as questões acima mencionadas e trazerem ideias e propostas sobre como poderia ser feito de forma concreta, para promover um diálogo significativo entre os sectores público e privado, no sentido de reforçar e desenvolver um forte sector privado, para permitir, que se tornem um parceiro igual, para o sector público, contribuindo eficazmente, para o desenvolvimento social e económico, garantindo a prestação de Contas públicas e prestação de melhores serviços à população. Serão discutidos questões que se prendem com a transparência, abertura, confiança, ética e prestação de contas.

Tema III: Acesso aos Serviços Básicos: Política e Quadro Institucional.

Esta sessão tem por objectivo de identificar o papel do governo, do sector privado e da sociedade civil, na prestação dos serviços básicos. Um olhar atento na permissão de políticas e sistemas que dizem respeito a todos os actores. A sessão irá identificar o que é que o governo deve fazer para criar condições favoráveis no sector privado, bem como identificar infra-estruturas indispensáveis e necessárias. A sessão vai discutir também as opções de quadro institucional, que podem melhorar

uma governação responsável e transparente, para prestação de serviços básicos; assim como, identificar ferramentas para aumentar o acesso aos serviços básicos e discutir de que forma, estes podem ser utilizados para acelerar o acesso aos serviços para os pobres de ambos os sectores, público e privado. Serão compartilhadas, as experiências de melhores práticas e liderança. Além disso, os Peritos e participantes, irão discutir o papel da governação participativa e responsável, tendo serviços básicos, que dá acesso a todos .

África, à semelhança de muitos outros continentes, no mundo em via de desenvolvimento, está a enfrentar taxas alta de urbanização, espaçamento, relativo à prestação de serviços básicos; resultando deste modo, no crescimento dos bairros miseráveis. Doravante, os peritos/facilitadores, e participantes, irão discutir sobre a responsabilidade global, dos governos nacionais, para fazer uso de todo o potencial do sector privado e da sociedade civil, na prestação de serviços à população. Além disso, a sessão deverá também debruçar-se sobre este tema, em como melhorar o acesso aos serviços básicos, através dos quadros de governação pro-pobres, o reforço de

capacidades, capacitação local e comunicação melhorada entre os actores. Ao invés de se concentrar a quem presta serviço. A atenção deve agora estar virada aos quadros de governação, para uma prestação de serviço básico melhorado. Inevitavelmente, é a participação e a prestação de contas, que emerge como princípios fundamentais, para o quadro de governação pro-pobres, no acesso aos serviços básicos.

Por último, no âmbito deste tema, os participantes devem discutir as formas e os meios, em que os sectores privados exprimirão o seu apreço, pela sua contribuição na prestação de serviços. Uma das formas, é de analisar, estabelecer, e institucionalizar um dia para comemorar a sua existência, isto é, para comemorar o Dia do Sector Privado ou o Dia do Sector Público/Privado, para consolidar a parceria entre os dois sectores.

Para o sistema funcionar, de maneira participativa e transparente, é imperativo, que os governos introduzam "Sistemas de integridade" a nível local. Um Sistema de Integridade, é uma coligação dos três actores: os sectores público, privado, e a sociedade civil. E esta abordagem, pode criar um ambiente de confiança entre as pessoas e seus governos, que é um pre-requisito fundamental para participação. Os Sistemas de integridade, adequam-se aos valores locais existente nos países Africanos? Se a resposta for sim, houve sucesso em proporcionar acesso as necessidades básicas dos fracos, e aos membros mais pobres e vulneráveis da sociedade?

Tema IV: Promoção Eficiente de Governação Electrónica Empresarial para Melhor Prestação de Serviços.

A Governação empresarial, começou a receber mais atenção, na sequência da crise financeira Asiática, em 1997 e 1998. E uma série de escândalos corporativos, registados em 2001 e 2002. A globalização fez com que as economias nacionais fossem cada vez mais inter-dependentes. As Tecnologias, de Informação e Comunicação (TIC), têm desempenhado um papel importantissimo, para acelerar esta mudança, enquanto que a liberalização do mercado, a desregulamentação financeira, no aumento da conglomeração de recursos, em grandes empresas multinacionais, com os meios, para rapidamente transferir grandes investimentos, incentivaram a crescente inter-dependência das economias. A concorrência, na prestação de serviços, é igualmente importante. Por outro lado, estas alterações têm aparecido durante o período em que, os estados estão a recuar muito nos seus papéis tradicionalmente intervencionista, na regulação das economias e operação das

empresas nacionalizadas. Eles estão agora a tentar providenciar acesso extensivo aos serviços, usando mais a governação electrónica.

Como resultado destes factores, as empresas multinacionais, têm agora uma grande dose de poder e influência, mas concorre para prestar serviços. Assim, a qualidade da governação dentro das empresas e serviços que prestam, recebeu nova importância. Nos últimos anos, essas questões têm recebido a atenção dos decisores políticos, do mundo académico e dos actores/intervenientes directos em empresas.

Em muitos aspectos, o governo está intimamente envolvido na gestão electrónica de empresa. Primeiro, o governo tem o poder de fazer cumprir os regulamentos que definem a estrutura da governação das empresas, na sua jurisdição. Ele pode regular as empresas directamente ou indirectamente, influenciando-as, através do seu poder regulador, sobre os actores /intervenientes. Em segundo lugar, o governo pode participar directamente nas actividades da empresa, como accionista. Em terceiro lugar, o Governo estabelece padrões/normas aceitáveis de serviços, a serem prestados, disponibilizando-as electronicamente. Estas empresas concorrem para serviços similares, aos serviços que são providenciados, por ambos os sectores, público e privado.

Perante tais factores, o estreito envolvimento na qualidade geral da gestão electrónica de empresa e qualidade dos serviços, em cada um dos países, pode ser grandemente influenciado, pelo seu governo e no uso das TIC. Como tal, o principal objectivo desta sessão, é de olhar na gestão electrónica empresarial, já existentes, na qualidade dos serviços prestados e tirar lições sobre o papel que o governo pode ou deve desempenhar, para melhorar a qualidade da governação electrónica empresarial aos serviços prestados, em diferentes contextos, nos países com a prestação de serviço melhorado. A sessão deve analisar, sobre como promover o uso da governação electrónica para melhor prestação de serviços.

Sob este segmento, os peritos/facilitadores e participantes, irão refletir sobre as questões acima referidas, enfatizamos a importância da gestão electrónica empresarial, para garantir uma melhor prestação de serviços e tirar lições sobre o que poderiam ser aprendidas a partir das diversas experiências; analisar as complexas relações entre as empresas e o governos, e qual é o papel, que os legisladores e reguladores, desempenham, no reforço das colaborações; discutir questões que se prendem com a governação (prestação de contas e transparência), no sector empresarial e abordar a governação electrónica empresarial e responsabilidade social das empresas, nos sectores privado e público.

Tema V: Vantagens e Desvantagens da Parceria Pública-Privada (PPP) para o Desenvolvimento.

O sector privado, está a desempenhar o papel cada vez mais importante, na produção de bens e na prestação de serviços, uma vez que, foram considerados "públicos", entretanto, neste caso, é exclusivamente da responsabilidade dos governos. A Parceria Pública-Privada (PPP) e outras formas de cooperação entre o sector privado e local, bem como, os governos nacionais, são utilizados com frequência em todo o mundo, para desenvolver e expandir energia e utilidade das redes e serviços, alargar os sistemas de transporte e telecomunicações, construir e por em funcionamento o sistema de captação de água, esgotos, instalações de tratamento de resíduos, bem como, proporcionar os serviços de saúde, educação e outros.

Sob este tema, os peritos/facilitadores e participantes, irão refletir em torno destas questões, que poderiam ser uma vantagem ou uma desvantagem na PPP. Por exemplo, por intermédio da criação de parcerias pública-privada, para assumir funções que anteriormente estavam sob responsabilidade do sector público. Tal PPP, pode ter benefícios potências, tanto para os cidadãos e os governos?

A PPP pode aumentar a concorrência e eficiência na prestação de serviços, bem como ampliar a cobertura e reduzir os custos de prestação? O sector privado pode gerir de maneira mais eficiente a gama de abastecimento completos necessários, para fornecer e distribuir bens e serviços de forma mais eficaz, do que as agências governamentais, podem fazer? As parcerias pública-privada, podem trazer novas ideias para a concepção de programas e projectos, bem como, desenvolver uma maior sinergia entre concepção e operação de instalações? A PPP pode permitir que os governos alarguem os serviços, sem o aumento do número de funcionários públicos e sem fazer grandes investimentos em infra-estruturas e equipamentos?

Embora que, a PPP pode providenciar aos governos dos países em via de desenvolvimento, importante meio de expansão de serviços, infra-estruturas, e oportunidades de negócios do sector privado, para expandir os seus negócios, a PPP são complexos em termos de modalidades e pode criar problemas potenciais para ambos os sectores, público e privado, se não forem devidamente concebidos e administrados. Se a PPP, não forem bem concebidos e supervisionados, os seus serviços podem se tornar mais caro do que aqueles fornecidos pelo governo. Se a regulação do governo, for demasiado rigoroso, podem levar a deficiências na prestação de serviços e se for demasiado negligente, não poderá ter prestadores de serviços privados, suficientemente responsáveis.

Apesar das complexidades potenciais, as parcerias pública-privadas, são cuidadosamente planeada e implementada, o que podem ajudar os governos a melhorar a qualidade, reduzir os preços e alargar a cobertura dos serviços e eles podem acelerar a construção de infra-estruturas e equipamentos, que são cruciais, para o progresso económico e social. A PPP e outras formas de cooperação pública-privada, podem ser instrumentos valiosos, para mobilizar recursos de ambos os sectores, público e privado, sobre como, melhorar as capacidades dos governos nacionais e locais, para o alcance das suas metas de desenvolvimento.

Os Peritos/facilitadores e os participantes, irão deliberar sobre as questões acima mencionadas, e em particular, prestar maior atenção, sobre as vantagens e desvantagens das parcerias pública-privada, no contexto Africano. Em África, qual é a situação actual e para onde queremos estar com a parceria pública-privada?

Participação

Eis as seguintes categorias de participantes, que serão convidadas:

1. Representantes de alto nível, dos ramos executivos e legislativos, dos Governos Africanos;
2. Quadros Superiores e Chefes Executivos ou Gestores dos sectores público e privado;
3. ONGs e organizações da sociedade civil interessadas em questões de desenvolvimento em África.

4. Académicos, versados em política pública, administração pública, desenvolvimento e gestão empresarial;
5. Líderes de empresas, negócios, organizações comerciais e autoridades de investimentos;
6. Líderes dos sectores bancários e de investimentos;
7. Representantes das agências doadoras de financiamento, para programas de desenvolvimento em África;
8. Representantes das organizações internacionais e blocos regionais, tais como, NEPAD, COMESA, CEDEAO, SADC, etc

Preparação do Fórum

Antes do Fórum, os participantes serão solicitados a trazer algumas experiências do país de origem, sobre as reformas do sector público, para a prestação de serviço público melhorado, as iniciativas de parceria pública-privada (PPP), bem como, o diálogo de parcerias pública-privada (PPD), que podem servir como bons Estudos de casos. Os estudos de casos, devem demonstrar os potenciais benefícios vividos da prestação de serviços melhorado, após o devido investimentos na gestão de política, a gestão dos recursos humanos, parceria pública-privada e descentralização, que teriam sido feitas nos serviços público de África. Os estudos de casos, devem destacar problemas e desafios com que os países são confrontados e quais são as medidas, que os governos tomam, para ultrapassar estes obstáculos? As apresentações analíticas, francas e objectivas, irão permitir aos participantes, partilhar ideias de modo a reflectir em conjunto, as soluções possíveis, para se ajudarem mutuamente.

Modo de Apresentação

Os estudos de casos, serão apresentados oralmente no tempo previsto (com duração de 15 minutos). Para o efeito, serão necessários, apresentações em Diapositivo, (Power Point).

Metodologia do Fórum

Os participantes, vão partilhar as suas perspetivas e experiências, em sessões plenárias. O Fórum será facilitado por peritos experiente com competências confirmadas, e conhecimento profundo, sobre o tema. Os Peritos/facilitadores, farão apresentações (com duração de 30 minutos), e irão conduzir as discussões, colocar perguntas e comentários, sobre as questões pertinentes, criação de grupos dinâmicos, para motivar o interesse dos participantes, aos debates do Fórum.

Resultados esperados do Fórum

Esta plataforma, vai proporcionar oportunidades aos altos funcionários, para a troca de experiências, discutir estratégias práticas, com o intuito de melhorar a prestação de serviços. E quanto a governação, estes poderão reunir-se com representantes do sector privado, organizações da sociedade civil, e organizações internacionais/regionais, e permitir a criação de contactos, redes e exposição à novas ideias.

Espera-se que o Fórum traga consigo a Declaração de Tangier, sobre Parceria Pública-Privada. O documento preve, apresentar as principais conclusões, áreas de consenso, e pontos de discussão do evento.

Endosado pelos participantes do Quarto Fórum Anual. Desta feita, espera -se que a Declaração de Tangier, possa fazer um apelo as acções de políticas concretas e sobretudo, a nível regional, nacional e local. Estas medidas de políticas, são cruciais, para o sucesso e fortalecimento da parceria entre os sectores público e privado, para a prestação de serviço melhorado. A Declaração de Tangier, deve facultar o reconhecimento à importância do sector privado, ao decidir estabelecer e institucionalizar o Dia do Sector Privado, a ser celebrado anualmente numa data específica a ser determinada na Declaração.

Local: Tangier (Reino de Marrocos)

Data: 16-17 de Junho, 2008

Duração: 2 dias

Línguas: Inglês, Francês, Português e Árabe (com interpretação simultânea).